



20º Congresso de Iniciação Científica

EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: REFLETINDO SOBRE A ESCOLA E A GARANTIA DE ACESSO AO CONHECIMENTO

Autor(es)

FERNANDA VENTURA STURION

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

Apoio Financeiro

PIBIC/CNPq

1. Introdução

Para que se possa compreender o que ocorre com a pessoa com Síndrome de Down (SD), vários autores foram estudados. Silva (2002) explica que a síndrome é causada pela trissomia do cromossomo 21, isto é, é decorrente de uma alteração gênica, que se caracteriza pela presença de mais um cromossomo no autossomo 21, deste modo, o que difere o indivíduo com tal Síndrome, do dito normal, é que o primeiro tem três cromossomos no autossomo 21, ao invés de dois.

Para Piantiano (2001) a família que recebe uma criança com SD, percebe que a história que idealizou deverá ser alterada e, na tentativa de acertar, começa, muitas vezes, a cuidar da criança como um doente, esquecendo-se de suas particularidades e se apegando mais às características físicas que marcam a criança.

Na contemporaneidade têm-se vários estudos que mostram as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem destas pessoas (MONTEIRO; FREITAS & CAMARGO, 2005, GUIRELLO PIRES, 2010). Contudo, a despeito da mudança na visão sobre a educação das pessoas com SD a maioria delas encontra ainda grandes barreiras nas escolas regulares ou especiais.

É óbvio que não existiria o normal sem o patológico, porém, é importante e necessário esclarecer que não existe grau de normalidade estabelecido, o que existe são estereótipos padrões ou não (MARCELLI, 1998).

A partir dos estereótipos de normalidade criados pelas sociedades torna-se fácil definir o indivíduo com SD como uma pessoa anormal, e conseqüentemente incapaz e com o seu desenvolvimento comprometido. Esta visão tem constituído uma barreira para o processo de desenvolvimento destes alunos. O estereótipo construído socialmente dificulta as práticas inclusivas do indivíduo com deficiência, pois mesmo tendo leis aprovadas que defendam o direito à educação e igualdade a todos, não vivemos em congruência com tais leis.

De acordo com o MEC (1994, acesso em: 23/08/2012), a Declaração de Salamanca refere-se a princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Ela é resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Tem como princípios, a educação que é direito de todos independente das diferenças individuais, toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais, a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola e, o ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Segundo Silva e Cabral (2001, p. 10) quando há ausência de:

[...] profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação, o desconhecimento de pais e professores das anomalias apresentadas por esses indivíduos, revelam em grande parte as barreiras que sucedem na construção de uma sociedade inclusiva [...]

A pessoa com SD tem em seu rosto, características que as distinguem dos demais, deste modo, desde cedo enfrentam olhares discriminatórios. De fato, é comum às pessoas com esta Síndrome apresentarem dificuldades de aprendizagem, de linguagem, nas relações sociais, na conquista da autonomia, dentre outros. Todavia, é preciso considerar que a deficiência não está somente no sujeito, mas na maneira como ela é significada pelos outros do grupo social.

A partir disso, pode-se notar que é de suma importância que a criança com SD tenha acesso ao Ensino, pois mesmo tendo ciência que há uma grande dificuldade de elaboração do pensamento abstrato, desenvolvimento da linguagem corretamente, déficit de aprendizagem, é importante ressaltar que tais fatores não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, sendo também decorrentes das relações que se estabelecem com os outros e o meio social aonde vive.

Para Mendes (2010 apud SCHNEIDER, 1974, p. 103) entre as décadas de setenta e noventa compreendia-se que a educação não tinha como princípio básico educar, desenvolver e ensinar o deficiente, já partia do pressuposto, que ele fracassaria, sendo assim, o excluía, colocando-o em classes especiais, frequentadas por todas as pessoas vistas como incapazes de aprender e realmente esta profecia acabava por se concretizar, uma vez que não havia investimento para ensinar aqueles que já se definiam como incapacitados ao aprender.

O fato de centralizar o ensino na repetição e naquilo que é concreto, impede o desenvolvimento das funções mentais superiores e limita as possibilidades do desenvolvimento de recursos para a superação das dificuldades iniciais. É importante notar diante deste contexto, que o fracasso embora seja geralmente atribuído ao próprio deficiente, é o fracasso da educação, que acredita ser mais simples excluir do que pensar em um projeto pedagógico que atenda às necessidades dessas pessoas e que garanta o acesso ao conhecimento por meio de caminhos alternativos.

Para Mendes (2010), haver classes especiais era separar os alunos com possibilidade de aprender de alunos que eram destinados ao fracasso. Atualmente, não se tem mais estas classes especiais, numa tentativa de diminuir a exclusão, discriminação e fracasso escolar.

O texto aqui apresentado refere-se aos dados de uma pesquisa desenvolvida junto a familiares e professores de crianças com Síndrome de Down com o intuito de compreender como a legislação referente à educação inclusiva se reflete no dia a dia de pais, professores e alunos.

2. Objetivos

Os objetivos foram conhecer na visão de professores e familiares as dificuldades e caminhos encontrados para superação das mesmas e, refletir sobre os recursos utilizados na relação ensino/aprendizagem na escola regular e na especial com crianças com SD.

3. Desenvolvimento

Após a realização de um levantamento das instituições que atendem alunos com SD em Piracicaba. Foi escolhida uma instituição que atendia exclusivamente pessoas com esta síndrome para iniciar o trabalho de campo. Esta instituição tem como propósito garantir o direito a inclusão da pessoa com SD desde 1983, fazendo um trabalho terapêutico, que auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem de tais indivíduos.

Foram identificadas 5 crianças, que estavam matriculadas em escolas regulares ou especiais, particular, municipal e/ou estadual, disponíveis para participar do estudo.

O primeiro contato com as mães foi em grupo e o aluno pesquisador explicou os objetivos da pesquisa e agendou as entrevistas individuais.

Foram entrevistadas cinco mães no intervalo de dois meses, momento em que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Todas as entrevistas realizadas foram audio-gravadas, com o consentimento dos sujeitos, para posterior trabalho de análise, exceto uma, que foi registrada manualmente. A entrevista compreendia onze perguntas orientadoras, com vistas a conhecer à trajetória escolar da criança, se estavam alfabetizadas, quais eram as perspectivas para o futuro da mesma, dentre outras.

Após as entrevistas com as mães foram realizadas as entrevistas com os professores das escolas regulares em que as crianças estudavam. Estas entrevistas também foram audio-gravadas, com o consentimento das professoras. Foram feitas treze perguntas, com vistas a conhecer como foi a trajetória escolar da criança, se esta já estava alfabetizada, o que a professora entendia por inclusão, como os alunos se comportam em relação ao aluno com Down, como a educação brasileira é vista por elas, dentre outras.

4. Resultado e Discussão

Foram realizadas entrevistas com cinco mães, três professoras e uma coordenadora. Os dados foram organizados em dois eixos temáticos de maneira a permitir caracterizar as percepções dos pais e dos educadores sobre a educação de alunos com Síndrome de Down no contexto escolar atual: 1. O que revelam as mães sobre a educação de seus filhos; 2. O que revelam os educadores (professoras e coordenadora) sobre a educação destes alunos.

1. O que revelam as mães sobre a educação de seus filhos:

No que diz respeito a alfabetização apenas uma criança está alfabetizada (a mãe em questão, é conhecedora das leis que auxiliam a inclusão, e busca pelos direitos do filho. Moveu ação contra a Secretaria da Educação fazendo com que a escola se adequasse a necessidade do aluno, como diz o Decreto de Salamanca. Foi a única criança que estuda em escola pública). As demais mães não veem a alfabetização como principal objetivo para seus filhos, pois para elas o que é importante é a felicidade deles.

Ao serem perguntadas sobre a trajetória escolar de seus filhos, as mães disseram que inicialmente enfrentaram dificuldades em relação à aceitação por parte das escolas. Acrescentam que, atualmente, as crianças estão em escolas que visam incluir e aceitar suas diferenças, porém quando conversado com as professoras, pode-se notar que embora haja a vontade de incluir estas crianças, há uma grande dificuldade em incluir de fato, pois parece não haver conhecimento, por parte dos docentes e escolas de como agir e como fazer com que ela ocorra.

O preconceito dos outros pais, revelado por uma mãe, já foi objeto de estudo de outros autores que destacaram a exclusão de pessoas deficientes do convívio social e o descrédito em suas capacidades de aprendizagem e desenvolvimento. Segundo Vigotski(2007), o conhecimento não é inato, ele é construído através da interação social, e se não há interação, não há maneira de ter um bom desenvolvimento. Essa exclusão dos deficientes foi tão fortemente calcada que até hoje marca a relação com essas pessoas, como é o caso da situação citada acima.

As mães que participaram da pesquisa veem a escola como uma possibilidade de aprendizagem de conteúdos escolares e considera que brincar não vai proporcionar o desenvolvimento de sua filha. Ao brincar a criança está aprendendo a internalizar regras, criar situações imaginárias, elaborar conceitos, desenvolver a simbolização, etc. Para Vigotski (2007, pg.89) o brincar é uma maneira da criança se desenvolver, pois no brinquedo há a atuação do simbólico. A criança brincando passa a atuar em uma esfera cognitiva que é movida por idéias. O brincar da criança vai muito além da parte lúdica, desenvolve idéias abstratas, regra e auto- regra, projeta impressões vividas, dentre outros, sendo assim, o brincar e o brinquedo sendo este o objeto simbólico, é muito mais importante do que se pensa.

Pudemos identificar nesse trabalho que a família continua a representar o grande suporte para garantir a educação de pessoas com Síndrome de Down. As mães entrevistadas mostraram a necessidade de conhecimentos específicos e muita energia para garantir a educação de seus filhos, o que nem sempre é possível e que, portanto, deveria ser garantido pelo sistema educacional.

2. O que revelam os educadores (professoras e coordenadora) sobre a educação de alunos com Síndrome de Down

Embora as crianças que participaram da pesquisa pertençam a famílias instruídas e conhecedoras de seus direitos, no contexto escolar, ainda encontram muitas dificuldades. O despreparo dos professores é resultado de uma má formação acadêmica, que não visa práticas inclusivas. Também é um problema decorrente do descaso do Ministério Público que não oferece respaldo adequado à educação.

Ao entrevistar a professora da criança que estuda em escola pública, ela relata a dificuldade que é ter um aluno especial em uma sociedade que embora tenha leis que os defendam, não respeitam e não instruem professores a lidar com o deficiente. A professora relata:

“Porque a inclusão é assim, eles te colocam aqui, o problema é seu, se vira, porque não vem ninguém para te ajudar, eu que fico pedindo ajuda, ninguém vem te ajudar, infelizmente a realidade é essa. O problema é seu e não estamos preparados porque é difícil, a parte social é difícil, mais eu acho que fica até mais fácil, mais eu acho que a parte pedagógica é a mais difícil.”

Inclusão social é para Silva e Cabral (2001) é:

... um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenos e grandes, seja nos ambientes físicos, na mentalidade das pessoas e do próprio Portador de Necessidades Educativas Especiais. (SILVA, CABRAL, 2001).

Incluir é muito mais que colocar em escola regular, pertencer à sala de aula de crianças sem deficiência, é mudar ideologicamente, e mudar a sociedade, e para isso, não é somente as leis no papel que farão com que isso seja concretizado, são pessoas conscientes de seus direitos e a partir disto, construindo uma nova sociedade, menos preconceituosa e ignorante.

5. Considerações Finais

O estudo realizado identificou pais e professores angustiados com as situações vividas. Mostrou que ninguém nega a necessidade de criar oportunidades para que os alunos com SD possam ter acesso ao conhecimento e possam participar da escola e da vida social.

Todavia, ainda é muito nebuloso para os pais e para os professores o que precisa ser feito, como fazer, quais os caminhos seguir.

Não basta a escola aceitar o aluno deficiente em seu espaço escolar. É preciso criar condições de aprendizagem. É preciso mudar a mentalidade em relação ao deficiente e, principalmente, é preciso refletir sobre nosso modelo educacional. Incluir não é acabar com a diferença, é aprender a trabalhar com ela.

Vimos que temos iniciativas isoladas, mas precisamos juntar esforços para garantir aquilo que já assumimos ser direito de todos.

A pesquisa realizada aponta a necessidade de aprofundamento sobre alguns aspectos que podem contribuir para se pensar em possibilidades para a educação dos alunos com Síndrome de Down ou com outras deficiências na escola inclusiva. Por exemplo, identificamos a necessidade de discutir a diferença entre oferecer uma atividade diferente para o aluno que está com dificuldades e oferecer caminhos diferentes para o aluno realizar as mesmas atividades que os demais alunos. Esta não é uma discussão fácil, mas talvez possa ajudar professores a encontrar caminhos para vencer o que hoje identificam como obstáculos para a inclusão dos alunos com deficiência.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas. MEC. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 23/08/2012

GUIRELLO PIRES, C. A inter-relação fala, leitura e escrita em duas crianças com Síndrome de Down. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, UNICAMP, 2010.

MARCELLI, D. Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MENDES, E.G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogia, vol. 22, num. 57, p. 103-104. maio-agosto, 2010.

MONTEIRO, M.te I. B. FREITAS, A. P. de ; FARIA, M. N. M. de ; CAMARGO, E. A. A. Brazil: some examples of inclusion in mainstream schoolin. ISEC - 2005, Glasgow - Scotland, v. 01, p. 01-10, 2005.

PIANTINO, E.T.L.D. Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu... TUNES, ELIZABETH. PIANTINO, L. D. editora: Autores Associados- 2001.

SILVA, D.O. & CABRAL, G.J.C.F. O Processo de Inserção do Portador de Síndrome de Down na Escola Inclusiva. Trabalho de conclusão de curso. http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Processo_Insercao.pdf Belém, 2001, 35 pp.

VIGOTSKI, L.S. A Formação Social da mente. 7ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 89